



**Ministério de Minas e Energia**  
**Consultoria Jurídica**

**DECRETO Nº 3.546, DE 17 DE JULHO DE 2000.**

**Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA e dá outras providências.**

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

**DECRETA :**

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA com o objetivo de deliberar sobre as políticas relacionadas com as atividades do setor sucroalcooleiro, considerando, entre outros, os seguintes aspectos:

I - adequada participação dos produtos da cana-de-açúcar na Matriz Energética Nacional;

II - mecanismos econômicos necessários à auto-sustentação setorial;

III - desenvolvimento científico e tecnológico.

Parágrafo único. Compete ao CIMA aprovar os programas de produção e uso de álcool etílico combustível, estabelecendo os respectivos valores financeiros unitários e dispêndios máximos.

Art. 2º Integram o CIMA os seguintes Ministros de Estado:

I - da Agricultura e do Abastecimento, que o presidirá;

II - da Fazenda;

III - do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV - de Minas e Energia.

~~§ 1º Nos casos de relevância e urgência, o Presidente do CIMA poderá deliberar **ad referendum** do Plenário.~~

~~§ 2º O CIMA deliberará por maioria simples, presentes, no mínimo, três de seus membros.~~

~~§ 1º Em casos de relevância e urgência, o Presidente do CIMA poderá deliberar **ad referendum** do Plenário, obtida previamente a concordância dos demais membros. (Redação dada pelo Decreto nº 3.890, de 17.08.2001)~~

~~§ 2º O CIMA deliberará por unanimidade de seus membros. (Redação dada pelo Decreto nº 3.890, de 17.08.2001)~~

§ 1º Em casos de relevância e urgência, o Presidente do CIMA poderá deliberar **ad referendum** do Plenário, obtida previamente a concordância dos demais membros. **(Redação dada pelo Decreto nº 4.267, de 12.6.2002)**

§ 2º O CIMA deliberará por unanimidade de seus membros. **(Redação dada pelo Decreto nº 4.267, de 12.6.2002)**

~~§ 3º Nas deliberações do CIMA, o seu Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade. (Parágrafo revogado pelo Decreto nº 3.890, de 17.08.2001)~~

§ 4º O Presidente do CIMA poderá convidar para participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto, pessoas de reconhecida capacidade e conhecimentos sobre a matéria objeto da reunião.

§ 5º O CIMA poderá constituir grupos técnicos, para analisar e opinar sobre matérias específicas a serem por ele apreciadas, podendo convidar para integrar referidos grupos especialistas de reconhecida capacidade e conhecimentos sobre o setor sucroalcooleiro.

§ 6º Eventuais despesas com viagens dos Conselheiros e de membros dos grupos técnicos correrão por conta dos órgãos que representam, salvo aquelas relativas aos convidados referidos nos §§ 4º e 5º, hipóteses em que correrão por conta do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

§ 7º O Ministério da Agricultura e do Abastecimento dará o apoio administrativo para o funcionamento do CIMA.

Art. 3º A Secretaria-Executiva do CIMA será exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, a quem compete:

I - preparar as reuniões do CIMA;

II - coordenar e acompanhar a execução das deliberações e diretrizes fixadas pelo CIMA;

III - coordenar os grupos técnicos de que trata o § 5º do art. 2º.

Art. 4º Ficam revogados o Decreto de 27 de outubro de 1993, que constitui, no âmbito do Ministério de Minas e Energia a Comissão Interministerial do Alcool - CINAL; o Decreto de 12 de Setembro de 1995, que transfere, para o âmbito do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, a Comissão Interministerial do Alcool; o Decreto de 21 de agosto de 1997, que cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA, e o Decreto nº 3.159, de 1º de setembro de 1999.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL  
*Marcus Vinicius Pratini de Moraes*  
*Alcides Lopes Tápias*  
*Rodolpho Tourinho Neto*

*Este texto não substitui o publicado no D.O.U. 18.7.2000*